



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000291270

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Criminal nº 0008964-26.2022.8.26.0223/50000, da Comarca de Guarujá, em que é embargante DIOGO MARIM COSTA, é embargado COLENDIA 6ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FARTO SALLES (Presidente sem voto), GILBERTO CRUZ E TEIXEIRA DE FREITAS.

São Paulo, 26 de março de 2025.

CRESCENTI ABDALLA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Embargos de Declaração nº 0008964-26.2022.8.26.0223/50000

Embargante: DIOGO MARIM COSTA

Embargada: Colenda 6ª Câmara de Direito Criminal

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo

VOTO nº 33166

DIREITO PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS NÃO VERIFICADOS. REJEIÇÃO.

I. Caso em Exame

1. Diogo Marim Costa opôs embargos de declaração alegando omissão e obscuridade no V. Acórdão que negou provimento ao seu apelo.

II. Questão em Discussão

2. Verificar a existência de omissão e obscuridade.

III. Razões de Decidir

3. Os embargos têm caráter infringente, inexistindo omissões, contradições ou obscuridades, pois todas as questões foram enfrentadas. 4. Pretensão de rediscussão da matéria é vedada, pois o acórdão não apresenta os vícios alegados.

IV. Dispositivo e Tese

5. Embargos rejeitados. *Tese de julgamento:* 1. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade no V. Acórdão embargado. 2. Rediscussão de matéria já decidida não cabem em embargos de declaração.

Trata-se de **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** opostos por **DIOGO MARIM COSTA**, contra o V. Acórdão que, por unanimidade, negou provimento ao seu recurso de apelação.

Visando prequestionamento da matéria, aduz omissão e contrariedade, no tocante à não incidência do privilégio do CP, art. 155, § 2º.

É o relatório.

Os embargos têm caráter infringente, porquanto inexistentes quaisquer omissões, contradições ou obscuridades, uma vez que todas as questões foram enfrentadas.

Pretende-se rediscussão da matéria, o que é vedado, pois, pressuposto lógico, seria que o V. Aresto estivesse contaminado com quaisquer dos vícios referidos, o que não se verifica.

Nesse sentido: STJ, ED nº 18205/SP - Min. **FELIX FISCHER**, Quinta Turma, 18/04/2006.

Ademais, conforme lição de **MIRABETE**: *“Como a finalidade dos embargos de declaração é apenas a de esclarecer, tornar claro o acórdão proferido, livrando-o de imperfeições, sem modificar a substância, não se admitem, por serem impróprios, aqueles que, ao invés de reclamar o deslinde de contradição, o preenchimento de omissão ou explicação de parte obscura ou ambígua do julgado, se pretende rediscutir a questão que nele ficou claramente decidida, para modificá-lo em sua essência ou substância”* (Processo Penal, Atlas, 10ª ed., p. 667).

Em caso de desfecho diametralmente oposto às teses suscitadas, implica concluir não foram acolhidas. Justamente por isso, tal circunstância não deve ser confundida com omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade do julgado.

Confira-se: *“É de se destacar que os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, basta que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Lei Maior. Isso não caracteriza ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil”* (STJ, Resp 1.054.442/MG, Min. **MAURO CAMPBELL MARQUES**, j. 01/3/11).

“Não há imposição legal acerca de dever pronunciar-se sobre todos os argumentos deduzidos pelas partes, principalmente quando a controvérsia já tenha sido decidida sobre outros precedentes (STJ, REsp. nº 601.876/RS, Rel. Min. Paulo Medina). Daí por que, se tal ou qual afirmação do acórdão já implica recusa de eventuais afirmações da parte, por se mostrar incompatível com elas, não haverá necessidade de expressa referência ou alusão à argumentação que se disse ignorada” (TJSP - ED nº 999.10.148642-3 - Câmara Especial - Des. Decano - j. em 29/11/2010).

Por fim, imprescindível, mesmo para fins de prequestionamento, a existência de omissão, obscuridade, ambiguidade ou contradição, o que, *in casu*, não se verifica.

Diante do exposto, **rejeitam-se os embargos.**

CRESCENTI ABDALLA
Relator